

## EDITORIAL

Em seu volume cinco, número dois, a Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais - RMSDE, dedica parte de seus espaços à diversidade de perspectivas associada ao Grupo Movimentos Sociais no Espaço Urbano - MSEU. Perspectivas, que mesmo resguardadas pelas diferenças de objetos e formas de investigá-los, conectam-se por uma afinação nas formas de racionalidade (e sensibilidades), presente nas experiências de leitura da realidade. Em grupo, pelo que temos vivenciado, essa leitura amplifica as visadas, enriquece os diálogos e se traduz numa produção que é de cada um de nós, mas, sobretudo, é de todos, é para a Natureza e para a Sociedade.

Nesta edição, encontram-se os resultados de trabalhos que buscam discutir conceitos, ideias e ações políticas, buscando sempre seu rebatimento com as situações vividas pelas populações e processos observados. As escalas espaciais que envolvem as dinâmicas em estudo, vão do local até análises que se situam nos “quatro cantos” do mundo. Entretanto, elas aproximam-se pela explicitação de desafios originários dos imperativos de ações verticalizadas, que negligenciam a história, interesses ou o cotidiano e necessidades econômicas, sociais e ambientais, seja em uma vila, feira ou assentamento rural, em uma cidade, país ou continente inteiro.

Nesse sentido, as pesquisas tentam contribuir na visibilização de contextos determinados por problemas a serem superados, a fim de que se possam alcançar alternativas de “acesso” para a maioria dos envolvidos nessas questões. Acesso este, ao território, a políticas públicas mais justas e equitativas, aos resultados de conquistas históricas, ao direito de desfrutar da Natureza, ao trabalho, ao cultivo da terra...

Assim, apresenta-se mais um volume da RMSDE, com produções que transitam entre as discussões acadêmicas e realidades experimentadas na construção dos objetos de análise, que ao fim, representam processos de intensa reflexão compartilhada e a busca por engajamento na equalização de demandas socioespaciais.

No eixo **Movimentos Sociais na Cidade e no Campo**, há três artigos. No primeiro, intitulado “Movimentos de resistência socioterritoriais pretéritos e contemporâneos: América do Norte, América do Sul e África”, de autoria de Beatriz Maria Soares Pontes, trata dos movimentos socioterritoriais de resistência no âmbito da geográfica. A sua reflexão fundamenta-se na pesquisa que norteou, nos últimos anos, a busca no âmbito da Geografia, por novos suportes epistemológicos que garantissem a explicação dos movimentos sociais realizados e estabelecidos nos territórios, após uma grande luta para a manutenção desses territórios, na perspectiva da justiça social. Para a autora, deve-se ressaltar que, apesar da resistência social que teve como objetivo principal a luta pelo seu território, muitas vezes, não se conseguiu nele se estabelecer. Outras vezes, os atores sociais lutaram e lograram permanecer no território por algum tempo. Em outros processos históricos, resistiram, com muito ardor e presenciaram a diminuição do seu território ou, como no caso dos africanos, lutaram, com vigor, contra os colonizadores, perdendo por um longo período o seu território, para posteriormente reavê-lo quando do advento das independências dos Estados Nacionais Africanos, ora por via pacífica, ora mediante guerras e conflitos de grande magnitude. Desse modo, a autora percorreu, inicialmente, experiências da América do Norte (a luta dos índios norte-americanos, das pradarias centrais contra os colonizadores e o governo dos EUA); em seguida, focalizou o

movimento Zapatista, com suas peculiaridades e especificidades, além da sua capacidade de organização do território; na sequência, averiguou os movimentos de resistência brasileiros, colombiano e boliviano; e, finalmente, auscultou os movimentos de resistência africanos contra os colonizadores europeus, as suas lutas, as suas perdas e, posteriormente, a reconquista, em parte, dos seus territórios, anteriormente perdidos.

No segundo artigo deste número, intitulado “O processo de inclusão socioterritorial das famílias no projeto de assentamento independência: territorialidades e discursos ativos em torno da luta pela terra”, Hugo Arruda de Moraes, partindo de uma perspectiva de que o território é um espaço social criado por meio de relações conflituosas e ações que se manifestam por meio de discursos, buscou compreender o processo inicial de inclusão socioterritorial das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Rural (PA) Independência em Passira-PE, a partir dos discursos em torno da luta pela terra. O autor centrou-se nas análises das territorialidades presentes no período inicial de formação do referido assentamento, mostrando o processo de apropriação concreta e/ou simbólica do território do PA por parte das famílias assentadas. Nesse sentido, o texto foi estruturado de maneira a tratar da retomada da concepção de território, da territorialidade relacionada ao discurso que fundamenta a pesquisa; da noção de territorialidades ativas e sua relação com os discursos ativos; e, por fim, da análise das territorialidades e dos discursos ativos no período inicial de formação do território do Projeto de Assentamento Independência.

No terceiro, “A luta incansável do Contestado”, Erick Alves da Cruz analisa a disputa, ou as disputas, que ocorreram na região denominada Contestado, situada no estado federado de Santa Catarina. De acordo com o autor, cem anos após o término desse conflito, caberia analisar em que consistiu esse embate e quais os seus reflexos no tempo presente. A guerra do Contestado, segundo o autor, é vista por alguns autores como sendo a maior guerra civil camponesa da América do Sul e que, por isso, ainda influi em processos de organização dos territórios atuais dos estados de Santa Catarina (SC) e do Paraná (PR). Os motivos que levaram à eclosão desse conflito (ocorrido no período de 1912 a 1916) foram, ao mesmo tempo, de ordem social, política, religiosa e econômica, constituindo uma teia complexa de dimensões. Na opinião do autor, as terras já vinham sendo contestadas há muito tempo antes da eclosão do conflito, visto que se trata de uma questão inerente à formação territorial global. Por esse motivo, o autor afirma que foram muitos os contestados, afinal a região passou por disputas entre Argentina e Brasil, SC e PR e por fim, pelos sertanejos que contestavam e lutavam por um pedaço de terra, os mesmos não lutaram nem por SC nem por PR, mas pelo direito às terras que lhes foram tiradas por latifundiários e empresas internacionais. Ao mesmo tempo, o autor reconhece que a análise da luta do Contestado, ou dos contestados, constitui um trabalho complexo, fazendo-se necessário para compreender a atual situação da região que ainda é estigmatizada e sofre marcas do conflito que ocorreu há cem anos.

No eixo **Produção do espaço: atores, instrumento e conteúdos**, há dois artigos. No primeiro, “O patrimônio imobiliário público vila naval, em Recife/PE. Continuação de privilégios e interesses particulares sobre os coletivos?”, Maria do Carmo de Albuquerque Braga, com base nos resultados da sua tese de doutorado, procurou verificar se a gestão dos bens imóveis da União têm se perpetuado em função de interesses particulares da instituição que os administra, em detrimento dos interesses coletivos da sociedade na qual eles se inserem, visto que já se vislumbrou a necessidade de mudanças nas bases legais desse processo de gestão. Nesta perspectiva, a autora observou que, apesar das mudanças introduzidas, as decisões inerentes ao

processo mencionado ainda persistem. Para realizar a sua análise, a autora lançou mão do caso Vila Naval, em Recife, sob a gestão da Marinha do Brasil, a qual tem sido objeto de negociações em diferentes momentos, na busca por parâmetros mais lucrativos para a instituição, evidenciando sua condição irregular e sugerindo um processo de especulação imobiliária branca, associado à imposição de forte inércia espacial na área e entorno, confirmando, assim, a permanência de privilégios particulares sobre o interesse coletivo.

No segundo artigo, “Uma feira livre, várias histórias... a relação entre o espaço urbano e o comércio a partir da feira livre de Casa Amarela, Recife/PE”, Rogério Luiz Souto Cavalcanti disserta sobre a relação entre o espaço urbano e o comércio por intermédio da Feira Livre de Casa Amarela, que, pelo espetáculo da montagem de suas barracas pelos feirantes, desperta a curiosidade das pessoas que frequentam ou, simplesmente, vivenciam ambiente composto por aromas, cores e sons particulares. Assim, o texto é estruturado a partir de uma revisão bibliográfica sobre o contexto histórico da feira livre em questão. Com isso, o autor espera que os relatos descritos nesse artigo possam contribuir de alguma maneira para a trajetória de existência da Feira Livre de Casa Amarela e sua importância no cenário urbano recifense.

Na seção **Planejamento e gestão, políticas públicas e cidadania**, há quatro artigos. No primeiro, “Habitação popular e “de interesse social” no Recife: da Liga Social Contra o Mocambo à persistência na passagem para os grandes conjuntos habitacionais”, Manuela Maria Pereira do Nascimento e Diana Carolina Gómez Bautista discutem a efetividade das políticas habitacionais no que tange à melhoria do acesso à moradia digna, para pessoas que se acham à margem de processos decisórios e em situação de insegurança quanto à permanência em seus territórios. As autoras, também, levam em conta a atual prática de realocação desses grupos sociais, com seus antecedentes desde 1930, realizando um mapeamento dos conjuntos habitacionais construídos por meio das políticas de habitação de interesse social na cidade do Recife, entre o período de 2001 e 2016, a fim de iniciar a geração e sistematização de informações que deem maior visibilidade ao processo, territórios e pessoas que compõem o universo do “interesse social”. Para tanto, foram feitas pesquisa bibliográfica, documental e de dados secundários, análise de material cartográfico e o geoprocessamento das informações sobre os conjuntos. Elas observaram que a satisfação do “interesse social” foi relegada a um segundo plano nas políticas habitacionais, o que decorre de condicionantes que não evoluem positivamente ou permanecem sob outras formas, tais como o higienismo, o clientelismo, os controles social e territorial, a distribuição desigual de benefícios e os desígnios do capital privado, fatores que se acham inerentes às especificidades territoriais do Brasil.

No segundo, “Políticas públicas de promoção do trabalho e renda em Recife: uso do território e cidadania”, Milena Barros Gomes trata do atual cenário da empregabilidade em Recife, partindo da análise do uso do território nas políticas públicas de promoção do trabalho e renda a fim de refletir sobre o impacto das ações municipais na vida da população de baixa renda. Para tanto, a autora realizou uma revisão da literatura geográfica acerca das questões do trabalho e um levantamento de dados oficiais, analisando-os e comparando-os no âmbito do processo de produção do espaço vivido, bem como entrevistas junto ao órgão público responsável na Prefeitura do Recife e a trabalhadores em busca de emprego. Deste modo, a autora identificou que houve um avanço no que diz respeito à quantidade de recursos disponíveis tanto fisicamente quanto eletronicamente para qualificação profissional, mas que ainda se acha limitado em termos de qualidade e intenção.

No terceiro, “O plano nacional de habitação e o programa minha casa minha vida: mudanças e discontinuidades”, José Eduardo Gomes compara duas iniciativas governamentais surgidas em um período bastante próximo e ligadas ao tema da habitação: o Plano Nacional de Habitação (Planhab) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Para isso, o autor analisou documentos referentes às duas iniciativas. Os resultados de tal análise demonstraram que diversas alternativas propostas pelo Planhab não foram incorporadas ao PMCMV, que entrou na agenda governamental sem passar por discussões com a sociedade civil, buscando, segundo o autor, dinamizar a economia através de incentivos ao setor da construção civil, em um período de crise econômica mundial.

No quarto, “Arqueologia de uma descentralização “recentralizadora”: últimas notas subversivas sobre a reforma da administração local portuguesa”, Luís Mendes traz um ensaio sobre o carácter neoliberal da nova reforma do poder local português de 2012, realizando uma análise comparativa com as Leis 10/2003 e 11/2003, que constituem, nos últimos dez anos em Portugal, o último pacote legislativo significativo relativo à reforma da administração do território. Partindo da sistematização de ideias já discutidas anteriormente em torno da nova reforma do território e das expectativas de criação e gestão de Comunidades Intermunicipais, procura demonstrar, como denuncia no título, de que forma o processo de “descentralização” pressuposto neste modelo de reforma territorial é uma fraude e tende a centralizar mais do que a descentralizar. O autor apresenta a seguinte questão como guia: Como se pode recentralizar por via de uma potencial descentralização, ao serviço do governo neoliberal do território?

No eixo **Sociedade e Natureza, Questão Ambiental e Desenvolvimento Territorial Sustentável**, há três artigos. No primeiro, “O uso da retórica ecológica na produção do espaço urbano em cidades latino-americanas: uma revisão da literatura”, Ítalo César de Moura Soeiro, Marina Wertheimer, Tamires Pereira Silva, Diana Carolina Gómez Bautista e Cláudio Jorge Moura de Castilho começam colocando que, enquanto grande parte da opinião pública incorpora a “crise ecológica” como um dos principais temas de nossa época, a conversão ao ecologismo de todas as instituições se faz inevitável – ainda que isto ocorra como uma tática mercantil ou política de oportunistas que se aproveitam das retóricas ecológicas para os mais diversos projetos. Neste contexto, entendendo que a retórica ecológica promove persuasão “verde” e suaviza os movimentos sociais de resistência territorial frente aos projetos de renovação urbana, os autores defendem que os agentes da produção do espaço se aproveitam das vozes do ecologismo para legitimar o projeto neoliberal de cidade. Para a realização deste repertório, os autores lançam mão de revisão da literatura sobre a temática, pela qual buscaram compreender como a retórica ecológica é utilizada na produção do espaço de distintas cidades latino-americanas. Nessa perspectiva, eles buscaram trabalhos de pesquisadores que estão cientes da perversidade que se pode gerar através do *ethos* do ecologismo. Eles concluem dizendo que, apesar das particularidades de cada caso, em função das suas especificidades territoriais, a utilização da retórica ecológica como criadora de utopias apresentou-se como um traço comum, um álibi verde, que encobre as problemáticas ecológicas e sociais envolvidas.

No segundo, “Um estudo sobre as dinâmicas territoriais e seus reflexos na Bacia Hidrográfica do rio Beberibe (BHRB)”, Diana Carolina Gómez Bautista, Ítalo César de Moura Soeiro e Manuela Maria Pereira do Nascimento identificam algumas das transformações territoriais no entorno das águas da BHRB, considerando a complexidade das perspectivas em termos de dinâmica territorial, através especialmente da questão da habitação social. Os autores utilizaram-se do materialismo histórico dialético como método de abordagem, levando em conta

o conhecimento da totalidade histórica do processo de ocupação das margens do rio, bem como ressaltando suas principais contradições e possibilidades. Tratando-se de um estudo interdisciplinar, em função da complexidade do ambiente, eles elegeram como procedimentos metodológicos, revisão bibliográfica, pesquisa de campo e registros fotográficos. Quanto aos principais achados, eles ressaltam que políticas como o PROMÉTROPOLE mitigaram alguns problemas inerentes às condições de vida das pessoas residentes em áreas do entorno da BHRB; mas que, no entanto, as políticas de habitação continuam incipientes e fragilizadas, uma vez que não conseguem promover a qualidade de vida das pessoas em sua totalidade.

No terceiro, “Governança ambiental no Brasil: *entraves e legitimações*”, Sofia Oliveira de Barros Correia discute a limitação dos processos de governança ambiental no Brasil em função de fatores e condutas construídos e mantidos histórica e socioculturalmente. Este estudo foi realizado com base em artigos produzidos sobre governança e, especialmente, sobre governança ambiental, bem como na ideia de socioculturalidade de Guattari (1990) em diálogo com a abordagem histórica e social de Holanda (1995) sobre as “Raízes do Brasil”, em que o “homem cordial” é a personalidade que não incorporou o sentido do bem comum. A autora conclui sua reflexão dizendo que a governança ambiental acha-se diretamente afetada por condutas que privilegiam pequenos grupos em detrimento da garantia do bem comum e que estas condutas não estão somente fundadas e legitimadas no presente, mas que se tratam de constructos histórico-culturais inerentes à formação histórica do Brasil.

Na seção **Ensaio, Resenhas e Entrevistas**, há uma resenha sobre o livro “Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia”, de autoria de Milton Santos, realizada por Cláudio Roberto Farias Passos.

Manuela Maria Pereira do Nascimento

Recife, verão de 2016